

Companhia
Transleste de
Transmissão

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório anual da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14

COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 05.974.828/0001-64

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transleste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transleste de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transleste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de Operação e Manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transleste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2016	31.12.2015
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,97%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

1. O projeto estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” referente à Chamada nº 013/2011 - ANEEL- Projeto Jaíba, está em andamento sob a responsabilidade da Proponente Furnas. O projeto sofreu alterações e desde então as executoras vêm realizando os trabalhos de forma a concluir, agora, as atividades de pesquisas em tecnologia fotovoltaica, capacitação profissional, estudos de pré-viabilidade, desenvolvimento de equipamentos, dentre outros, sendo a implantação da usina numa próxima etapa.
2. A segunda etapa do projeto “Malha de Aterramento de Baixo Valor de Impedância: Avaliação Experimental em Modelo Reduzido e Realização de Medição em uma Malha Real com Corrente de elevado Valor” está em andamento normal na UFMG e na fase da descrição parcial dos resultados das medições em uma malha real, realizada nos laboratórios da própria UFMG.

O primeiro artigo publicado no âmbito do P&D deste projeto foi submetido, aprovado, defendido e publicado no “33rd International Conference on Lightning Protection - Estoril, Portugal - September, 2016”. O segundo artigo será submetido ao IX CITENEL – ANEEL a ser realizado em João Pessoa – PB em agosto de 2017.

3. É na busca de inovações tecnológicas que a Cia Transleste define suas metas e investimentos para fazer frente aos novos desafios do mercado na área de energia elétrica.

Responsabilidade Socioambiental

1. Cia Transleste de Transmissão continua mantendo a mesma Política Socioambiental, principalmente na questão da social, sempre procurando minimizar os impactos causados ao meio ambiente e à sociedade com ações permanente em programas de sustentabilidade ao empreendimento.
2. Estes programas são baseados em normas e critérios estabelecendo o equilíbrio da engenharia de manutenção e operação com a conservação socioambiental.

3. Atendendo à ofícios dos diversos Órgão Governamentais, principalmente da ANEEL, solicitando ressaltarmos a importância de campanhas educativas e regulares de esclarecimentos à população no sentido de se evitar a prática de queimadas, a Transleste vem adotando, tanto de caráter preventivo quanto corretivo, estas campanhas educativas ao longo do trajeto da sua Linha de Transmissão.
4. No mês de agosto de 2016 a Transleste realizou nos municípios de Francisco Sá e Botumirim, ambos em Minas Gerais, palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social de forma renovada e lúdica, conscientizando a população local do perigo e do potencial das queimadas e suas condições letais ao meio ambiente com a distribuição de amplo material educativo. Este alerta, também, foi divulgado durante dois meses (agosto e setembro de 2016) pelas principais rádios locais.
5. No programa de Comunicação Social visitamos alguns proprietários informando, esclarecendo dúvidas, perigos e a importância de uma linha de transmissão para a comunidade num relacionamento harmonioso entre eles e a Cia Transleste.
6. Em 2016 mantivemos as mesmas ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres, por meio de contratações terceirizadas, bem como, a harmonização e o aspecto visual que compõem as nossas subestações com o ambiente natural da região.
7. Este é o nosso foco principal na divulgação: Conscientização e conservação do meio ambiente pela população e dos benefícios para com o nosso planeta.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório 31/12/2016	Regulatório 31/12/2015	Societário 31/12/2016	Societário 31/12/2015
Lucro Líquido	18.205	14.085	21.302	18.211
EBITDA	31.031	29.020	30.276	29.363

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transleste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transleste de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transleste de Transmissão em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

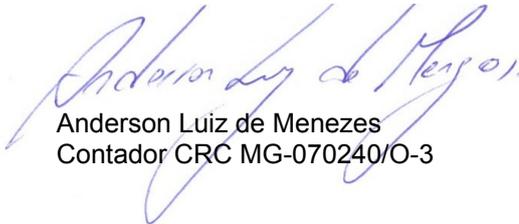


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transleste de Transmissão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.034	5.416
Títulos e valores mobiliários	6	2.906	2.553
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	7	4.355	3.707
Contas a receber ativo financeiro	7	39.050	34.682
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	97	208
Outros		725	582
Total do ativo circulante		50.167	47.148
Não circulante			
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	7	291	248
Contas a receber ativo financeiro	7	114.043	118.540
Mútuos com partes relacionadas	10	7.753	5.000
Outros ativos não circulantes		14	49
Imobilizado		164	208
Intangível		303	442
Total do ativo não circulante		122.568	124.487
Total Ativo		172.735	171.635

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		190	132
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	18.196	13.316
Dividendos a pagar	14 d	6.234	-
Tributos e contribuições sociais	8	1.683	1.426
Encargos regulatórios	11	1.419	1.176
Outros passivos circulantes		249	247
Total do passivo circulante		27.971	16.297
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	58.678	75.797
Tributos diferidos	8	4.793	4.816
Provisões pré-operacionais	12	-	1.499
Total do passivo não circulante		63.471	82.112
Patrimônio líquido			
	14		
Capital social		49.569	49.569
Reserva de Lucros		31.724	11.357
Dividendos adicionais propostos		-	12.300
Total Patrimônio Líquido		81.293	73.226
Total do passivo e patrimônio líquido		172.735	171.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações de resultados

Período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	16	34.011	32.863
Custo de operação			
Serviços de terceiros		(1.554)	(1.516)
Pessoal		(331)	(329)
Material		(39)	(25)
Outros		(171)	(161)
		(2.095)	(2.032)
Lucro operacional bruto		31.916	30.831
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(1.001)	(975)
Serviços de terceiros		(473)	(441)
Material		(12)	(8)
Outras		(334)	(327)
		(1.820)	(1.752)
Outras receitas		1.491	-
		1.491	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		31.587	29.079
Resultado financeiro			
Receita financeira	17	1.547	1.675
Despesa financeira	17	(10.196)	(10.910)
		(8.649)	(9.235)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.938	19.844
Imposto de renda corrente	15	(1.114)	(1.092)
Contribuição social corrente	15	(545)	(529)
IR e CS diferidos		23	(11)
		(1.636)	(1.633)
Lucro líquido do exercício		21.302	18.211
Lucro por ações		0.43	0.37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente

Periodo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	21.302	18.211
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>21.302</u>	<u>18.211</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	Capital Social	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total
		Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	49.569	6.985	-	5.214	-	61.768
Distribuição de dividendos	-	-	3.461	(5.214)	-	(1.753)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.211	18.211
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	911	-	-	(911)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	12.300	(12.300)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	49.569	7.896	3.461	12.300	-	73.226
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(8.175)	-	(8.175)
Dividendos adicionais destinados à reserva de lucros	-	-	4.125	(4.125)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.302	21.302
Dividendos declarados	-	-	-	-	(5.060)	(5.060)
Reserva legal	-	1.065	-	-	(1.065)	-
Reserva de lucros do exercício	-	-	15.177	-	(15.177)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49.569	8.961	22.763	-	-	81.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	21.302	18.211
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	179	174
Receitas financeiras	(353)	(305)
Encargos s/empréstimos, variações monetárias e cambiais	9.992	10.727
Baixa de ativos	9	-
	31.129	28.808
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	(691)	431
Contas a Receber ativo financeiro	278	1.137
Tributos e contribuições sociais a compensar	111	(122)
Mútuos de coligadas e controladas	(2.753)	(5.000)
Outros ativos	(108)	55
	(3.163)	(3.499)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	58	(29)
Tributos diferidos	(24)	11
Tributos e contribuições sociais	257	(96)
Outros passivos	(1.496)	134
	(1.205)	20
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	26.761	25.329
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	1.445
Aplicações no Imobilizado	(6)	(91)
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento	(6)	1.354
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(7.001)	(11.503)
Pagamento juros do financiamento	(10.320)	(11.866)
Amortização das parcelas do financiamento	(11.816)	(4.768)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(29.137)	(28.137)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(2.382)	(1.455)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.416	6.871
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.034	5.416
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(2.382)	(1.455)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas as demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais exceto quando, indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Companhia Transleste de Transmissão - TRANSLESTE (a “Companhia” ou “TRANSLESTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 28 de outubro de 2003 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2005.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão n.º 009/2004 - ANEEL, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgado à Companhia, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 kV pelo período de 30 anos (fevereiro/2034).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP R\$ (*)	Índice de correção
009/2004	30	28/02/2034	40.172	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098 de 28/06/2016.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo da concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nessas demonstrações contábeis.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.2 Contratos de concessão:

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.4 Instrumento Financeiro - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Tributação

3.4.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

3.4.2 Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transleste são calculados pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.6 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.6.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). -Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.6.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.6.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.8 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.9 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Pronunciamento do IFRS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)**
As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)**
As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**
A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**
A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

– Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

– Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	6	6
Bancos	240	1.072
Aplicações Financeiras	2.788	4.338
Total	3.034	5.416

As aplicações financeiras de 2016 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada “ BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado” com remuneração pós-fixada no ano de 2016 de 96,79% do CDI;

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de investimentos	<u>2.906</u>	<u>2.553</u>
Total	<u>2.906</u>	<u>2.553</u>

Os valores de R\$ 2.906 (2016) e R\$ 2.553 (2015) referem-se ao Fundo de Investimento restrito: Carteira de títulos públicos vinculados ao financiamento com o BNB com remuneração pré fixada de 99% do CDI.

7 Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias e permissionárias (7.1)	4.212	3.548
Concess. e permissionárias - partes relacionadas	424	407
Contrato de Compartilhamento de Instalações	10	-
Ativo financeiro (7.2)	<u>153.093</u>	<u>153.222</u>
	<u>157.739</u>	<u>157.177</u>
Ativo circulante	43.405	38.389
Ativo não circulante	114.334	118.788

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Atencipação contantes no AVC;

Companhia Transleste de Transmissão
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015

- b.** Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2016:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	155.991
Receita de operação e manutenção	3.747
Remuneração do ativo financeiro	31.761
Realização do ativo financeiro	(38.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	153.222
Receita de operação e manutenção	3.767
Remuneração do ativo financeiro	32.936
Realização do ativo financeiro	(36.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	153.093
Contas a receber ativo financeiro - circulante	39.050
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	114.043

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Tributos e contribuições sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	43	45
IRRF a compensar	54	163
	97	208
Passivo circulante		
IRPJ	931	803
CSLL	386	331
COFINS	226	174
Outros	140	118
	1.683	1.426
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	4.793	4.816

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

a. IR e CS diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.805
Imposto diferido reconhecido no resultado	11
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.816
Imposto diferido reconhecido no resultado	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.793

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante			Não Circulante		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Moeda Nacional						
BNB FNE (a)	862	33	895	5.424	6.319	7.465
BDMG FNE (b)	2.461	107	2.568	17.639	20.207	22.681
Debêntures	12.885	1.049	13.934	35.615	49.549	56.103
Moeda Estrangeira						
BDMG PEM (c)	777	22	799	-	799	2.864
Total	16.985	1.211	18.196	58.678	76.874	89.113

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 Kv, e tem como

garantia o penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas.

Os saldos devidos são provenientes de:

- (a) Contrato de financiamento no valor original de R\$ 15.000 obtido do Banco do Nordeste do Brasil - BNB por meio de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE-PROINFRA. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 9,5% pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.
- (b) Contrato de financiamento no valor original de R\$ 47.000, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 10%, pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025.
- (c) O Banco BDMG creditou a favor da Companhia o valor de R\$ 12.971 equivalentes a US\$ 5.000, oriundo de recursos captados pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil - PEM. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID. Os juros serão calculados dia a dia pelo método hamburguês e tem vencimento em 31 de julho de 2005, 31 de janeiro de 2006, 31 de julho de 2006 e semestralmente juntamente com as prestações de principal durante o período de amortização. O principal será amortizado em 21 prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2007 e a última em janeiro de 2017.

Os recursos contratados referentes a Debêntures foram de R\$ 55.000, emitidas em 07/08/2014 em espécie quirografárias, sem garantias por meio do Itaú Unibanco S.A.. O prazo da operação é de 06 anos com vencimento em 07/08/2020, as amortizações e pagamentos de juros trimestral sendo o 1º pagamento em 07/08/2016. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 1,0975% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 24º mês da data da emissão.

A Companhia tem a obrigação de cumprir com o limite da dívida líquida no montante de R\$ 89.000 para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM.

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima.

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Moeda nacional			Total
	BNB	BDMG	Debêntures	
2.018	748	2.461	12.885	16.094
2.019	747	2.461	12.885	16.093
2.020	750	2.461	9.845	13.056
2.021	757	2.461	-	3.218
Após 2021	2.422	7.795	-	10.217
Total	5.424	17.639	35.615	58.678

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	95.096
Variação Monetária e Cambial	1.062
Provisões de juros	9.589
Juros pagos	(11.866)
Amortizações de principal	(4.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	89.113
Variação Monet. Cambial empréstimos	(272)
Provisões de juros	10.169
Juros pagos	(10.320)
Amortizações de principal	(11.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	76.874

10 Contrato de Mútuo

Com a finalidade da Implantação dos reforços nas instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão, foi acordado em 01 de dezembro de 2015 o Instrumento particular de abertura de crédito “Mútuo” entre a Cia Transleste de Transmissão e a parte relacionada Cia Transirapé de Transmissão no limite de até R\$ 13.000, autorizado pelo Conselho de Administração das Cias, em 20/10/2015 e aprovado pela ANEEL- Agencia Nacional de Energia Elétrica através do Despacho nº 3.844 de 26/11/2015.

O recurso contratado será acrescidos de juros remuneratórios equivalentes a um percentual de 109,75% (cento e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, “over extra grupo”, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Na hipótese de extinção, impedimento legal de uso ou distorção na equação econômico-financeira ao presente instrumento, as Partes poderão utilizar outro índice que melhor reflita o reajuste do poder de econômico da moeda, nos termos da lei.

Em caso de variação negativa do índice de correção utilizado, as Partes acordam pela manutenção dos respectivos saldos nominais e absolutos, inexistindo qualquer espécie de correção monetária de tais valores nesses casos.

O presente contrato vigorará por até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da disponibilização pela Transleste à Transirapé do valor objeto do presente instrumento onde serão liquidados os valores utilizados.

Em 16/12/2015 a Transleste transferiu para Transirapé o valor de R\$ 5.000, em 11/11/2016 R\$1.400 e em 28/11/2016 R\$ 600 totalizando em 31/12/2016 o montante de R\$ 7.000.

Movimentação

01/01/2016	Adições	Amortização	Juros	31/12/2016
5.000	2.000	-	753	7.753

Os recursos contratados serão liquidados no final do contrato, em dezembro/2017, acrescido de juros conforme regra estabelecida em contrato.

Na nota explicativa nº13 de Partes Relacionadas (Ativo Circulante) foi citada a relação do contrato do Mútuo entre estas cias.

11 Encargos Regulatórios

	31/12/2016	31/12/2015
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	18	14
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	1.331	1.093
Taxa de Fiscalização ANEEL	70	69
Total	1.419	1.176
Circulante	1.419	1.176

12 Provisões pré-operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Meio Ambiente	-	99
EPC Pré-Operacional	-	1.400
	<u>-</u>	<u>1.499</u>

Os custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Montes Claros - Irapé), que foram provisionados na unitização, e que até o ano de 2016 não foram utilizados, foram revertidos contra resultado em 31 de dezembro de 2016, já que estavam devidamente prescritos e não cobrados.

13 Partes relacionadas

Contrato fase de operação:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão associadas às obras das SEs Montes Claros e Irapé.

- CEMIG Geração e Transmissão para compartilhamento de instalação SE Montes Claros 2 pertencente a Rede Básica de propriedade da CEMIG.
- Companhia Transirapé de Transmissão:
 - Contrato de CCI entre Transleste e Transirapé: para compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.
 - Contrato de Mútuo - Instrumento particular de crédito
- CEMIG e Furnas para prestação de serviço de transmissão de energia elétrica .

Demonstração do resultado	31/12/2016	31/12/2015
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	2.155	2.408
FURNAS	1.544	1.518
Transirapé	119	110
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	1.200	1.116
Ativo Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	243	242
FURNAS	181	165
Mútuo		
Transirapé	7.753	5.000
Adiant. a Fornecedores		
Transirapé - Rateio	6	54
Passivo Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	160	93
FURNAS	-	-
Transirapé - Rateio	66	2
Dividendos Pagos		
CEMIG	1.750	2.876
FURNAS	1.680	2.760

Parte Relacionada à Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2016 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$ 530 , composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação .

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 49.569 representado por 49.569.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações - 2016			
	Integralizadas		% do Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Transminas Holding S/A	20.323.290	-	41%	41%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	12.392.250	-	25%	25%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	11.896.560	-	24%	24%
EATE	4.956.900	-	10%	10%
	49.569.000	-	100%	100%

b. Reservas de lucro

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

c. Destinação do Lucro Líquido

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	21.302	18.211
Constituição Reserva legal	(1.065)	(911)
Base de cálculo de dividendos	20.237	17.300
Dividendos Declarados	(5.060)	(13.175)
Reserva de Lucros Retidos	(15.177)	(4.125)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	-
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

d. Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar:

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	4.750
Destinação ARCA/AGO	1.753
Dividendos pagos no exercício	(11.503)
Dividendos Intermediários 2015	5.000
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015	-
Destinação ARCA/AGO	8.175
Dividendos pagos no exercício	(7.001)
Div. Declarados Mínimo obrigatório do exercício	5.060
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2016	6.234

15 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	3.766	3.766	3.748	3.748
Remuneração de ativos da concessão	33.055	33.055	31.871	31.871
Receita Operacional	36.821	36.821	35.619	35.619
Receita Ajustada	755	755	(344)	(344)
Receita operacional ajustada	37.576	37.576	35.275	35.275
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	3.006	4.509	2.822	4.233
Receitas financeiras	1.547	1.547	1.642	1.642
Base de cálculo	4.553	6.056	4.464	5.875
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	1.114	545	1.092	529

No ano 2016 a Companhia optou pelo Forma de tributação baseada no Lucro Presumido.

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

16 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	3.766	3.747
Remuneração dos ativos financeiros da concessão	33.055	31.871
	36.821	35.618
Deduções da receita operacional		
PIS	(244)	(229)
COFINS	(1.128)	(1.058)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(939)	(999)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(349)	(328)
Taxa de Fiscalização	(150)	(141)
	(2.810)	(2.755)
Receita operacional líquida	34.011	32.863

17 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	794	1.642
Receita Financeira do Mútuo Transirapé	753	33
	1.547	1.675
Despesas Financeiras		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(9.898)	(10.651)
Variações cambiais e monetárias diversas	(243)	(209)
Outras despesas financeiras	(55)	(50)
	(10.196)	(10.910)
Total do resultado financeiro	(8.649)	(9.235)

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Em 31/12/2016	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	3.034	-
Títulos e valores mobiliários	2.906	-
Contas a receber	157.739	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	76.874
Fornecedores	-	190
Total	163.679	77.064
Em 31/12/2015	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	5.416	-
Títulos e valores mobiliários	2.553	-
Contas a receber	157.177	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	89.113
Fornecedores	-	132
Total	165.146	89.245

b. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 647 usuários, com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

Análise de sensibilidade

- **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros – aplicações financeiras**
 Análise de sensibilidade elaborada sobre a receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 25% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. O cenário II foi calculado com deterioração de 50% sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

Aplicações financeiras	Saldo conta aplicações	Indexador	Receita financeira em 31/12/2016	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano	
				Risco de redução	
				I (-25%)	Cenário II (-50%)
BB Amplo e BNB	3.034	CDI	13,55% 794	10,16% 579	6,78% 386

- **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros – empréstimos e financiamentos**

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos financiamentos em aberto no final do exercício, com risco vinculado a CDI.

O cenário I considera um aumento de 25% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante da dívida atual. O cenário II foi calculado com aumento de 50% sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

Empréstimos e Financiamentos	Indexador	Posição em 31/12/2016	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano	
			Risco de redução	
			Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Despesas Financeiras	CDI	14,00% 9.868	17,50% 11.595	21,00% 11.940

c. Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

19 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

20 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

* * *

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Marcos Antônio Carvalho Gomes- Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

Roberto Schäfer de Castro - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável
 Flávia Miranda Silva Pereira
 Contadora CRC N° MG-067247/0-2